

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

EM

CABO VERDE

Estudo sobre a situação político-económica

de .

Cabo Verde

NOVEMBRO DE 1974

*(Aprovado pela Assembleia Plenária do MFA,
reunida no Mindelo, em 9 NOV 1974)*

3



MS 267

ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICO-ECONÓMICA
DE
CABO VERDE

- I. O 25 de Abril e os movimentos de libertação
- II. O Programa do Movimento das Forças Armadas e a descolonização de Cabo Verde
- III. A situação económico-social de Cabo Verde
- IV. A realidade partidária de Cabo Verde
- V. Análise e conclusão

O 25 DE ABRIL E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Na luta de quase meio século com o fascismo participaram forças populares, portuguesas e de outras nacionalidades, dinamizadas por partidos e organizações políticas e por homens e mulheres do Povo Universal, irmanados na ordem democrática e progressista. Nesta hora, de consolidação das conquistas democráticas do 25 de Abril, é salutarmente humilde reconhecer todos estes vectores progressistas, cuja actuação heróica preparou o eclodir da Revolução e que se devem considerar como imprescindíveis para garantir a execução do Programa do Movimento das Forças Armadas, conforme foi categòricamente demonstrado no dia 28 de Setembro de 1974 em Portugal.

O Movimento das Forças Armadas ao considerar que a solução do problema colonial é política e não-militar (Programa do Movimento das Forças Armadas) e ao reconhecer o direito dos povos à autodeterminação e independência (Lei Constitucional nº 7/74) avalizou a importância dos movimentos de libertação que combatendo o colonialismo auxiliaram, irresistivelmente, a luta anti-fascista do Povo Português. Este aval é, de facto, um reconhecimento conquistado pelos movimentos africanos de libertação pela sua contribuição para a Revolução do 25 de Abril.

O PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

E A DESCOLONIZAÇÃO DE CABO VERDE

O Movimento das Forças Armadas surgiu com necessidade imperiosa de solucionar a grave situação que se vivia em Portugal antes do 25 de Abril. E foi precisamente a luta desenvolvida pelos movimentos de libertação das colónias sob dominação portuguesa, uma das causas principais da tomada de posição dos militares revolucionários, traduzida pelo derrube do governo e regime fascistas que se caracterizavam pela sua política de opressão, medo, obscurantismo executada em formas violentas de repressão e exploração dos trabalhadores portugueses e povos coloniais.

Até ao momento, verifica-se que o Programa do Movimento das Forças Armadas não teve ainda aplicação no território de Cabo Verde onde, apesar de não haver luta armada se desenvolve uma campanha política de libertação da dominação portuguesa conducente a uma legítima independência do Povo de Cabo Verde. Esta campanha tem sido permanentemente dificultada pelas estruturas da administração colonial, que se mantêm intactas.

A Lei Constitucional nº 7/74 é um complemento importante do Programa do Movimento das Forças Armadas e estabelece as condições concretizadoras do plano da descolonização dos territórios sob dominação portuguesa, reconhecendo o direito à autodeterminação e independência dos seus povos.

A resolução da Organização das Nações Unidas sobre Cabo Verde adoptada em 5 de Abril de 1974 denuncia, critica e condena o então governo português pela sua política de dominação e opressão coloniais, concretizada pelo completo desprezo e abandono das populações de Cabo Verde e pela repressão do seu movimento de libertação nacional - P.A.I.G.C. - e reafirma o seu reconhecimento como o único e autêntico representante da população do território.

É de salientar o resultado das conversações entre Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, e o Governo Português, em Agosto de 1974 e em que Portugal reafirma as suas obrigações quanto ao capítulo 11 da Carta das Nações Unidas e em conformidade com a resolução 1514 da Assembleia Geral compromete-se, em relação a Cabo Verde a aplicar as decisões das Nações Unidas e a cooperar com os seus órgãos competentes de forma a acelerar o processo de descolonização no Arquipélago. A resolução 1514 da Assembleia Geral con-

tém a declaração sobre o direito à independência dos povos e territórios coloniais.

O acordo de Argel de 26 de Agosto de 1974 entre o Governo Português e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana - O.U.A.

A SITUAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL DE CABO VERDE

1. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM CABO VERDE

Ninguém ignora ser o colonialismo um complexo sistema económico, social e ideológico. Fácil é reconhecer que dentro do sistema imperialista mundial, o colonialismo português tem tido um lugar à parte devido à posição intermédia que, no sistema, Portugal tem ocupado: simultaneamente explorado e explorador.

É evidente que o sistema colonialista português, mantendo alguns traços comuns a todas as colónias, se diversificou de acordo com as características, não precisando nós de regressar muito no tempo para o verificarmos.

Não se pode dizer que em Cabo Verde se tenha verificado uma intensa exploração de produtos agrícolas, que a colónia tenha fornecido à metrópole um vasto mercado privilegiado, nem que tenha sido o arquipélago uma grande fonte de divisas para a metrópole, ou que nele a burguesia dirigente seja o fruto da colonização branca e de cultura caracteristicamente europeia, nem que uma cultura africana e um sistema sócio-económico tribal coexista com zonas "europeizadas" e aparentemente se lhes oponha.

É aliás a impossibilidade física para o imperialismo português de usar Cabo Verde como local de exploração de matérias primas que vem explicar o relativo "abandono" a que o arquipélago foi deixado. Por isso mesmo, as burguesias dirigentes caboverdeanas resultam bastante da fusão secular de brancos e negros, tendo características idênticas às do povo em geral; não se tendo verificado a criação máçica e recente de burguesias brancas formadas por colonizadores e exploradores dos recursos naturais.

Do mesmo modo, se não verificou no passado recente a criação de grandes infraestruturas energéticas e de transportes ao serviço da exportação de produtos primários. E, se caso existiu uma abertura ao capital estrangeiro, como se verificou noutras colónias, em Cabo Verde essa abertura não teve resultados palpáveis.

Em resumo, podemos dizer que a falta de condições para Cabo Verde ser colónia exportadora de matérias primas para a metrópole, levou ao seu relativo abandono dentro do colonialismo português, não

se tendo, no território, verificado nem uma introdução de colonizadores brancos, nem a criação de infraestruturas para escoamento de mercadorias, nem o desenvolvimento de indústrias subsidiárias, nem a invasão do capital estrangeiro, características gerais dos últimos períodos do colonialismo português.

Toda a política portuguesa em relação ao território se pode, nestes aspectos, caracterizar pelo "esquecimento", pela falta de capacidade de desenvolver os seus recursos. As burguesias locais tanto rãcicamente como culturalmente têm características semelhantes às do resto do povo, o que aliás resulta grandemente também dessa política.

Em Cabo Verde, estabeleceu, no entanto, Portugal, um aparelho administrativo-militar. Para o alargamento desse aparelho Portugal não precisou, em Cabo Verde, de criar uma elite branca; bastou servir-se da elite autóctone. Para a criação de serviços necessários à sustensão desse aparelho também só muito limitadamente recorreu Portugal ao colono; já existia no arquipélago uma burguesia, originária principalmente da exploração latifundiária e dos serviços administrativos e portuários, que fazia perfeitamente o papel que o "asimilado" teve noutras colónias.

Assim, enquanto 70% da população era vítima, no campo, da exploração do latifundiário, em duas cidades, Praia e Mindelo, se concentram os serviços administrativos, comerciais, educacionais e se desenvolvia, a par de uma burguesia latifundiário-comercial, uma pequena burguesia vivendo dos serviços e os enormes bairros da lata que são o aspecto geral destas cidades.

2. A BURGUESIA COMERCIAL

Em Cabo Verde a burguesia comercial domina as restantes classes da população e o seu poder exerce-se pelo controle que tem sobre o processo de exploração do camponês e das ligações íntimas que mantém com o aparelho administrativo, ideológico e o capital latifundiário.

Esta situação pode ser ilustrada em poucas palavras: sendo inegável que "o grande comércio é propriedade de meia dúzia de firmas interessadas simultâneamente no comércio externo e interno e até nos transportes", não deixa de ser interessante verificar que esta meia dúzia de firmas representa cerca de 50% do Produto Interno Bruto do arquipélago, situação que seria alarmante fossem quais fossem as demais condições. Mas isto mais estranho ainda se torna quando se nota

que 70% da população, que vive de actividade agrícola subsista com menos de 15% do PIB, situação que deve ser encarada de fome, quando se pensa nas enormes desigualdades existentes na repartição dos rendimentos dentro do sector agrícola. Como o sector industrial contribui apenas com 3,8 % para o PIB, verifica-se que 81% do mesmo é formado no conjunto do sector terciário.

Verifica-se em resumo que o arquipélago possui uma economia extremamente desequilibrada, sendo 81% do PIB formado no sector de serviços e tendo a quase totalidade da população (a que habita o campo e a única que efectivamente com o seu trabalho produz alguma coisa,) que repartir com o senhor feudal uns magros 15% do Produto do arquipélago.

Para que o comércio por grosso e retalho possa representar nada menos de metade do produto de uma região alguma coisa se deve passar de bizarro. É preciso, com efeito, perceber-se de que vive a burguesia comercial caboverdeana. O seu papel no processo de produção pode resumir-se numa palavra: parasitário. Parasitário de quê? - pergunta-se; de duas coisas: do subdesenvolvimento do arquipélago e, o que não é menos grave, da manutenção do sistema colonial.

Do próprio subdesenvolvimento do arquipélago ela é directa beneficiária, pois vive e engorda à custa do auxílio financeiro prestado por Portugal para evitar as mortandades da fome; são as chamadas "verbas de apoio". Parasitária da manutenção do sistema colonial, não só por se poder pôr a questão de como sobreviveria sem as "verbas de apoio", mas ainda por boa parte dos seus réditos provirem da manutenção de um comércio e de serviços de apoio às Forças Armadas portuguesas no território.

O que acontece é sucintamente o seguinte: Portugal tem transferido anualmente para o arquipélago largas somas monetárias. Em 1974, por exemplo, transferiu para este 660 mil contos ao abrigo das "verbas de apoio", 150 mil contos sob pretexto de "plano de fomento" e mais de 100 mil contos para manutenção das Forças Armadas. Em princípio nada haveria a opôr a esta "ajuda", não fora o estado de atraso do nosso próprio país e, principalmente, o facto de esta mais-valia extraída em Portugal ao trabalhador nacional, para ajuda à população de Cabo Verde e desenvolvimento do território, não servir devidamente nem uma coisa nem outra, regressando grande parte dela aos bancos da Metrópole, do Canadá, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Suíça, mas agora sob a forma de chorudos lucros de "meia dúzia de firmas interessadas simultâneamente no comércio externo e interno e até nos transportes". Da ajuda financeira e das verbas de plano de fomento o povo de Cabo Verde não extrai o benefício que po

deria caso as mesmas fossem aplicadas de outra maneira, colocadas noutras mãos.

São bem conhecidos os exemplos de firmas criadas para o desenvolvimento e usadas no proveito exclusivo de particulares. São igualmente conhecidos os lucros que a distribuição de leite, milho e feijão, feita através das "verbas de apoio", tem permitido ficar nas mãos dos administradores, que para tal fazem uso de vários expedientes.

Mas é sobretudo de notar que tem sido política do governo local entregar a empresas privadas, através de concessões e contratos a longo prazo, a importação de géneros alimentares e de materiais e instrumentos para as construções de estradas e outros investimentos, enfim, de tudo aquilo em que a ajuda financeira e as verbas do "plano de fomento" devam ou possam ser aplicadas. O mesmo acontece com as próprias empreitadas de construção. Isto é: tanto a aquisição dos meios como a aplicação dos mesmos se encontra a cargo de interesses privados, devendo talvez referir-se ser o planeamento, destas aplicações dadas à "ajuda", nulo.

De tudo o exposto, ressalta ainda o seguinte: nem mesmo o lucro fácil e volumoso que a burguesia caboverdeana obtém por estas formas tem sido incentivo à realização, por esta, de investimentos produtivos no arquipélago, ou ao esboço de uma tentativa de aproveitamento dos recursos que o território possa possuir sabendo-se, como se sabe, que os recursos naturais de qualquer região são sempre uma potencialidade; o resultado da iniciativa, da imaginação, da aplicação de novas técnicas, do investimento.

A burguesia caboverdeana não só tem vivido da pobreza da sua terra e na estrita e directa dependência do colonialismo português, como tem mostrado, por razões objectivas, que provêm da sua própria posição no processo de circulação do capital ser incapaz de realizar o desenvolvimento do arquipélago. O seu lugar naquele processo tem-lhe permitido viver sem, em termos práticos ter tido de realizar um único investimento produtivo no arquipélago. O estado de pobreza do mesmo tornou-se para ela estandarte, com o qual pretende provar a impossibilidade da independência e da autonomia económica do território, quando afinal o que se passa é ser ela a grande responsável pela miséria que circunda a sua prosperidade; ser ela afinal que se mostra desinteressada e sem capacidade para desenvolver a independência económica do arquipélago, limitando-se a beneficiar, sem esforço, do colonialismo.

Para se compreender claramente a posição da burguesia caboverdeana no colonialismo português é preciso entender que esta nunca

enfeitou o papel que este lhe concedeu: ser o colonialista do seu próprio povo.

Convém referir, primeiro, que a quase totalidade do comércio de importação e exportação é feito com Portugal. Cabo Verde não será um grande mercado privilegiado para este país; é, no entanto, das colónias portuguesas, uma das que menos comercia com o exterior da zona do escudo. Trata-se de um mercado que, embora pequeno, se encontra quase totalmente limitado às relações comerciais com o colonizador. Na verdade, 75% das importações são feitas em Portugal e Ultramar e 67% das exportações são feitas para os mesmos territórios.

Convém referir, em seguida, que a sua posição no processo de circulação do capital pode se resumir ao desempenho de dois papéis principais: apropriação da mais-valia extraída ao trabalhador português e transferida para o arquipélago através do Estado português; apropriação da mais-valia extraída ao trabalhador caboverdeano, explorado no campo, através de relações semi-feudais de produção. Em qualquer dos casos, esta mais-valia não é investida no arquipélago em projectos produtivos, mas remetida de volta a Portugal ou enviada a outras metrópoles do imperialismo. Aí, sim, essa mais-valia realizada em Cabo Verde vai finalmente ser transformada em investimentos produtivos. Quando um capitalista caboverdeano coloca capitais num banco do Canadá a 10%, uma coisa é certa, vai ser aplicado em investimentos, alguns deles certamente produtivos, que vão produzir uma taxa de lucro superior a 10%, - mas desse investimento feito no Canadá, Cabo Verde nada beneficia.

Como o capitalista caboverdeano tem mantido o "saudável" hábito de transferir os seus capitais para Portugal, eis como da ajuda que Portugal dá a Cabo Verde, à custa dos impostos cobrados ao Povo português, uma parte dela acaba por se transformar em investimento privado feito em Portugal. São estranhos os caminhos que levam o dinheiro público às mãos das grandes empresas privadas.

Assim se compreende que apesar dos encargos com a ajuda financeira serem grandes, o fascismo português os tenha mantido firme. A opinião pública mundial, perante as mortandades da fome, enquanto decorria uma guerra colonial em territórios vizinhos, teve certamente grande importância no estabelecimento da "ajuda", mas isso não obsta a que não muito poucos nem muito pequenos interesses privados metropolitanos viessem a beneficiar com ela.

Em 1971, em relação aos 160 mil contos das "verbas de apoio" e aos 20 mil contos transferidos para Cabo Verde ao abrigo do "plano de fomento", temos quase 65 mil contos de capitais transferidos pa

ra a Metrópole - e esta verba só pode pecar por defeito. Ou seja: cerca de 1/3 da ajuda e investimentos de "fomento" feitos no arquipélago voltam aonde partiram, agora sob outra forma e para serem aplicados noutros fins.

Em terceiro lugar, convém referir um outro papel resultante, este, do tipo de comércio efectuado. Também em 1971, saíram do arquipélago 513 mil contos de divisas para pagar mercadorias importadas e entraram 45 mil contos para remunerar as mercadorias exportadas - o que se traduz num saldo negativo de 468 mil contos, saldo perfeitamente incomportável não fossem as transferências do Estado Português para Cabo Verde no valor líquido de 291 mil contos, dos quais 180 mil eram, como se sabe, "verbas de apoio" e "plano de fomento". O que convirá notar é que, dos 513 mil contos de divisas saídas, 75% são pagamentos a Portugal e territórios do Ultramar. Pode-se, portanto, perguntar legítimamente, se uma boa parte da ajuda à população caboverdeana não se tem afinal, através das importações, transformado em rendimento do capitalismo português.

Com o exposto, outra coisa não se pretendeu provar senão o que foi enunciado: 1º - a burguesia comercial é a classe economicamente dominante em Cabo Verde; 2º - esta burguesia, vivendo tanto do orçamento de Estado português como da exploração realizada sobre o caboverdeano, é agente e intermediário, no território, do colonialismo português, transferindo principalmente para Portugal os lucros da sua actividade; 3º - não investindo no arquipélago mas na metrópole apenas, ela limita-se a ser intermediária no comércio de mercadorias, actividade na qual auferes grandes e fáceis lucros, dado o grande poder de compra infiltrado no território através das transferências para ele efectuadas pelo Estado Português; 4º - o comércio, que realizava à custa destas transferências, sendo feito, quase exclusivamente com o país colonialista, fomenta a actividade produtiva nas unicamente em Portugal; 5º - as suas tentativas de se autonomizar, economicamente e como classe, de colonialismo são nulas, pois devido à sua posição no processo de circulação do capital, não investe produtivamente em Cabo Verde, mas apenas na Metrópole.

Tem, assim, engordado fácil e rapidamente, mas sem dar nada em troca ao povo caboverdeano, antes vivendo, em grande parte, porque a miséria do seu povo é grande e a ameaça da fome paira. Nada fez que pudesse evitar uma ou outra.

Nas, muito a propósito, poderia dizer-se que o facto de nada ter feito até agora não permite afirmar que o não venha a fazer.

A isto gostaríamos de responder como segue. A burguesia comercial caboverdeana está muito longe de ser uma "burguesia nacional",

pois, nada produzindo, vive na mais estreita dependência do colonizador e sente-se incapaz de desempenhar outro papel; muito tendo já invocado a "pobreza dos recursos naturais" que nunca teve a preocupação de verificar.

Há muitos portugueses que acham talvez comovedor o empenho que as burguesias caboverdeanas põem em continuar portuguesas. Este elemento do seu arsenal ideológico, longe de causar admiração, reflecte apenas o que são de facto; elas estão para a sua terra na tal como o colono branco está para Angola ou Moçambique; o seu papel é intermediário e agente do sistema colonialista português; a sua dependência desse sistema é muito mais acentuada do que a das queles.

Ser colonialista não é uma questão de cor de pele; em Cabo Verde o colonialista tem tez da cor da do colonizado.

Uma "burguesia nacional" é uma burguesia que, para se desenvolver, precisa de abater os laços colonialistas que a tolhem. Pode, é certo e provado, mais tarde ou mais cedo, cair sob o jugo económico de uma potência neo-colonialista. Mas em Cabo Verde o que com grande exactidão se vislumbra sobre a posição das suas burguesias, perante um processo de descolonização é: primeiro, abandono puro e simples não havendo contudo o perigo de uma fuga de capitais pois ela consumada está; segundo, lutar por manter a sua posição de privilégio e poder, de forma a que o colonialismo português se mantenha (luta para a qual não lhe devem faltar aliados); terceiro, aceitar a hipótese da descolonização no intuito de pura e simplesmente pedir a outra potência que substitua o colonialismo português no papel por este desempenhado; que dê os tostões da "ajuda" ou que faça grandes investimentos a troco do uso da posição estratégica das ilhas.

Em relatório por demais insuspeito de demasiada imaginação, afirmava-se: "Importante é verificar-se a dependência de Cabo Verde em relação à Metrópole o que, junto das camadas evoluídas (sic) que disso tenham consciência, pode funcionar como um compensador de fúteis (sic) tendências separatistas".

Resumindo: as burguesias caboverdeanas não estão interessadas na descolonização e servem-se do poder que exercem, a todos os níveis, para que "a ideologia dominante seja a ideologia da classe dominante"; isto é, tentam veicular a sua ideologia junto ao povo, contando-lhe os terrores da independência. Caso a independência do arquipélago lhes fosse posta nas mãos, rapidamente Portugal poderia ser substituído por uma potência que tão bem ou melhor do que ele, desempenhasse o seu papel. Não difícil é adivinhar qual, nem

a troca de quê.

Portanto, uma independência do arquipélago só pode ser feita com quem esteja realmente interessado nela e possua a capacidade de a garantir: com o povo e com as pessoas que interpretem ou representem o seu sentir. Uma independência do arquipélago, para ser real, implica uma reforma de alto a baixo de toda a sua economia, a começar na agricultura e a acabar numa industrialização planeada. Isto só pode ser feito por quem estiver interessado; concerteza que não pelas actuais classes dominantes.

Falámos há pouco no domínio exercido pelo capital comercial em Cabo Verde. Para o verificarmos não basta apontar o peso do comércio no PIB da região. Temos de analisar o tipo de relações que este capital mantém com um outro, o capital latifundiário.

3. O CAPITAL LATIFUNDIÁRIO

Como se disse já, em Cabo Verde 70% da população vive no campo com menos de 15% do Produto Interno Bruto do arquipélago. Vive com certeza abaixo do nível de subsistência, se pensarmos nas grandes desigualdades, na distribuição do rendimento, que as relações de produção que vigoram no campo implicam.

Em Cabo Verde, estas relações de produção são ainda semi-feudais. Resultam de alterações introduzidas no regime dos Morgados que, instituído no reinado de D. João III e abolido em Portugal em 1863, continuaria a vigorar no arquipélago na sua forma primitiva não fora ter-se dado a abolição da escravatura.

Os escravos, uma vez libertados, não encontraram terra para cultivar, pois toda a terra aproveitável se encontrava já ocupada por grandes latifundiários. Foram, portanto, obrigados a trabalhar para o senhor da terra, em bases de grande desigualdade.

Os regimes que hoje vigoram no campo são os do arrendamento e parceria. Quem trabalha é o camponês, todavia nem todo o produto do seu trabalho lhe pertence; deve ceder ao senhor da terra uma quantidade determinada de produtos que este estabelece. É o regime de arrendamento. No regime de parceria tudo se passa de forma idêntica só que agora o trabalhador deve ceder ao dono da terra (que nada faz) metade do produto do seu trabalho. Tanto num como noutro caso, as relações de produção são do estilo feudal. A única diferença em relação ao antigo regime dos Morgados é que, neste, mesmo quem pagava a renda não trabalhava; tinha escravos para o fazer por ele.

A exploração que dentro deste estilo de relações o trabalhador sofre não tem sofisma. Alguém com o seu trabalho produz um tanto e é obrigado a ceder metade do produto deste por alguém que nada produz, não cria valor algum, apenas por ser dono da terra.

Toda a terra do arquipélago se concentra nas mãos de um número muito reduzido de grandes proprietários; ora grandes latifundiários de sequeiro, ora grandes proprietários de regadio. São eles que dão de arrendamento ou parceria as suas terras a uma grande quantidade de agricultores.

Estes, com a parte do que produzem que fica na sua posse limitam-se a tentar não morrer de fome; vivem portanto em economia de auto-consumo com o respectivo agregado familiar: produzem para consumir.

O sistema permite, todavia, a concentração das rendas e das parcelas pagas nas mãos de um número muito reduzido de latifundiários, os quais não consomem, evidentemente, tudo o que fica na sua posse, sendo levados a comerciar a sua quase totalidade; a este nível temos já uma economia monetária.

O grande proprietário não consome nem troca produtos por produtos; coloca o que tem no mercado, vende. É então que realiza como mais-valia o sobretrabalho extraído ao camponês através de um sistema de relações de produção semi-feudais. A exploração do campo vai traduzir-se na realização de lucros através do mercado. A totalidade do dinheiro obtido com a venda dos produtos só muito limitadamente vai servir para comprar outros produtos; o latifundiário acumula capital, que aplica em negócios dentro do arquipélago ou que transfere para a Metrópole onde são aplicados em investimentos.

As relações feudais no campo são, portanto, um facto, mas as relações capitalistas dominam o todo e cobrem este sistema primitivo de exploração.

Alguns latifundiários tornam-se também comerciantes, outros vendem à tal "meia dúzia de grandes empresas interessadas no comércio externo e interno"; em qualquer dos casos, o comércio exerce o seu domínio sobre o latifúndio. Do ponto de vista económico, o comerciante detém o poder. O latifundiário para poder transformar em dinheiro o fruto da exploração medieva que exerce sobre o camponês precisa do papel intermédio desempenhado pelo comerciante, e enfrenta, assim, indirectamente, as relações capitalistas de mercado.

É de notar que em Cabo Verde o latifundiário actua muitas vezes como autêntico capitalista, investindo os lucros obtidos em actividades comerciais e de serviços ou transferindo-os para fora do arquipélago. Não é de estranhar, assim, que alguns grandes senhores

da terra sejam também grandes comerciantes do arquipélago, mantendo actividades lucrativas em vários ramos do comércio e serviços.

É, portanto, através da venda no mercado interno de produtos (produzidos no arquipélago) e através da exportação dos mesmos, que o latifúndio realiza os seus lucros. Grande parte da exportação de Cabo Verde é exportação de produtos agrícolas (bananas, café, amendoim). Por seu lado, o comerciante ao contrário do latifundiário vive principalmente dos lucros que realiza com a importação de produtos vindos de Portugal.

Como consequência, um índice da perda de posição do sector agrícola em relação ao sector comercial pode ser certamente o saldo negativo da balança de pagamentos. A posição das exportações teve um tal colapso nos últimos anos que algo de muito grave se deve estar a passar.

Um saldo negativo da balança de pagamentos cada vez maior traduz que, cada vez menos, as burguesias caboverdeanas realizam os seus lucros através da exploração exercida no campo e, cada vez mais, os realizam pelas importações feitas à custa da ajuda financeira; cada vez menos se encontram junto à produção e cada vez mais tendem para um papel de intermediários sem uma base produtiva própria; cada vez menos estão ligados a Cabo Verde e cada vez mais dependentes das relações colonialistas. Traduz também que a facilidade com que obtêm lucros no comércio as levou a abandonar o desenvolvimento da agricultura, base de toda a economia.

De notar que, antes da II Guerra Mundial, Cabo Verde tinha saldos positivos na sua balança comercial. Em 1940 importava 111 mil contos e exportava 156 mil contos de produtos. Em 1960 importava 350 mil contos e exportava 306 mil contos. Mas já em 1971 Cabo Verde importava 530 mil contos e tinha praticamente deixado de exportar; isto é exportou nesse ano apenas 45 mil contos de produtos.

É a partir de 1960 que se nota uma queda abrupta, quase até zero nas exportações. Pode bem perguntar-se se esta queda não estará relacionada com o incremento das "verbas de apoio"; se, com o "auxílio", a produção não terá sido abandonada.

O actual sistema de produção na agricultura não permite antever qualquer melhoria de situação. O agricultor trabalha apenas tendo por objectivo obter o suficiente para subsistir. No sistema de arrendamento, uma melhoria da produtividade poderia levar o proprietário a aumentar a renda estipulada - o que levaria o nível de vida do produtor a baixar novamente até ao mínimo de subsistência. No sistema de parceria, um aumento da produção realizado através do aumento da intensidade do trabalho (dado não se pôr sequer a hipótese da

introdução de novas técnicas neste sistema) não se mostraria remunerador, pois para dobrar a produção seria necessário um esforço muito superior ao dobro do inicial, e metade do aumento de produção, assim obtido, teria de ser "oferecido" ao senhor da terra.

Não existem para quem trabalha a terra estímulos que o levem à melhoria do seu trabalho ou da sua sorte.

O regime de exploração da terra impede o desenvolvimento desta actividade pela melhoria dos processos de produção. A população regista deixar-se morrer de fome, emigrar ou viver das esmolas do administrador.

A racionalização dos processos de trabalho no campo, o desenvolvimento agrícola e económico do arquipélago, passam por uma profunda e radical reforma agrícola. Cabo Verde jamais será verdadeiramente independente se, a seguir à independência política, esta reforma não for imediatamente feita. As burguesias caboverdeanas gostam muito de apresentar o argumento da sua relutância de união à Guiné-Bissau; mas, é de crer, que a sua relutância seja outra: o medo que sintam de que reformas profundas sejam realizadas, como sabem que o serão se o partido da Guiné Bissau vier a tomar o poder.

Mais uma vez se afirma: a independência deve ser obra de quem nela esteja verdadeiramente interessado e que dela tenha uma visão não neo-colonialista; isto é: o povo, ou partidos e pessoas capazes de levar a cabo programas de acordo com os interesses deste.

A REALIDADE PARTIDÁRIA DE CABO VERDE

A situação de Cabo Verde nos planos social, económico e administrativo revela que as estruturas se conservam intactas, decorridos seis meses após o 25 de Abril. Neste contexto, os serviços da administração pública local mantêm-se, permitindo que a burguesia comercial e latifundiária continue a usufruir do poder político para enquadrar o Povo de Cabo Verde e condicionar a sua capacidade de manifestação e expressão. Este esquema "sobreviveu" especialmente nas ilhas de pequena densidade populacional e nas áreas rurais. As armas utilizadas nesta alienação são as que manipulam os meios de subsistência e sobrevivência, nomeadamente a ameaça de desemprego, a perda de favores e privilégios e o "fatalismo" das secas. Em resultado, desenvolve-se uma bem camuflada repressão cujos efeitos se manifestam na dificuldade de implantação e avanço das ideias progressistas, nomeadamente, de transformação social, de cultura e de unidade, com vista a libertar o Povo do estado de indigência física e social em que se encontra.

Antes do 25 de Abril, a burguesia local encenava a política cabo-verdeana, "legalista", imprimindo-lhe cunho paterno-marcelista, muito conveniente mas altamente comprometedor. Com o 25 de Abril, a burguesia perdeu, temporariamente, o patrono político e a face; sacudiu-se, com descaramento, dos laços com o regime colonialista português. Recompôs-se, de modo rápido e oportunista, ganhando um cariz pretensiosamente democrático e progressista, sob o rótulo de União Democrática de Cabo Verde (UDC). No entanto, não conseguiu esconder o rabo capitalista. Reencontrou, de forma inesperada, um patrono que se revelou saudosamente federalista. A aventura pareceu terminar em 28 de Setembro, com novos comprometimentos, de natureza reaccionária, insuficientemente esclarecidos e que nunca foram desmentidos. A manutenção da máquina administrativa colonialista fez animar novas arremetidas da burguesia que, desta vez, procurou organizar-se numa coligação com parceiros, ideologicamente adversários da doutrina capitalista: a União dos Povos Independentes de Cabo Verde (UPICV). Na sua campanha, a UPICV não conseguiu ultrapassar o âmbito doméstico dos seus mentores. A "frente" UDC / UPICV denunciou estranhos propósitos pois que, não tendo conseguido influenciar isoladamente a população com argumentos de justiça social a favor das classes mais desfavorecidas (quasi-totalidade populacional), pretendeu opôr-se à influência crescente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

A mobilização popular alcançada pelo PAIGC, desde o 25 de Abril, é deveras impressionante: os comícios e as manifestações culminaram com uma greve de paralização, entre 27 e 30 de Setembro que atingiu, seriamente, os serviços de administração pública e isolou as ilhas entre si. Esta demonstração de controlo do poder político não pode deixar indiferente seja quem for e demonstra a forte implantação do PAIGC junto das populações. Estes factos, por demais eloquentes, trazem a coerência dos princípios do movimento anti-colonialista de libertação, lançado pelo PAIGC antes do 25 de Abril, sob a forma de luta armada na República da Guiné-Bissau, e de campanha política, no território de Cabo Verde.

A posição de isenção que deve nortear a intervenção das Forças Armadas no processo de descolonização em curso, não pode alhear-se desta realidade, sob pena de atraiçoar o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas, na obtenção de uma solução política, justa e legítima, para o problema colonial de Cabo Verde.

ANÁLISE E CONCLUSÃO

Até agora verificou-se um completo silêncio, por parte das autoridades portuguesas, em relação à definição do programa de descolonização de Cabo Verde e têm sido feitas declarações por entidades responsáveis que evidenciam desconhecimento sobre a situação e realidade política do Arquipélago. Tais declarações comprometem o Governo Provisório e podem prejudicar tentativas para encontrar soluções justas para o processo de descolonização neste território, como é, por exemplo, o caso de alusões a um possível referendo em moldes "formalmente" democráticos, relegando para esquecimento total a existência das estruturas coloniais intactas que continuam a controlar e cujo saneamento, a nível geral, não foi executado. Nunca um tirano perdeu um referendo!... No processo de descolonização, a única novidade foi a extinção da PIDE/DGS.

Ao mesmo tempo, apregoa-se uma liberdade de actuação partidária que mais não é do que um passaporte para todos os oportunistas e falsos democratas desenvolverem as suas actividades divisionistas, de calúnia e de dominação, aproveitando-se da boa fé, ignorância e medo das populações, continuando a dispôr para esse efeito da máquina montada pelo anterior regime, nos aspectos económico, social e político, e usando de todos os meios e influências para realçar um patriotismo, que não é mais que falso paternalismo com objectivo de manter os privilégios que o regime deposto lhes assegurava. E tudo isto a coberto da liberdade democrática que lhes garante o direito de expressão e de organização partidária. Não se pode permitir que tal aconteça sob pena de vermos comprometida, e votada a um completo malogro, a descolonização de Cabo Verde e ser iniciada uma nova era de dominação colonial, da qual seremos os únicos responsáveis. Não o podemos admitir, pois nem o Programa do Movimento das Forças Armadas o permite nem nós o desejamos, por ser contrário aos ideais de justiça social, paz e bem estar a que o Povo de Cabo Verde tem direito.

Assim, não vemos outra solução que não seja o reconhecimento do PAIGC como o legítimo representante da população de Cabo Verde, capaz de pôr em prática as medidas necessárias para uma verdadeira descolonização, pelo aval que nos merecem os seus princípios programáticos e o seu tipo de organização, coerentes com a realidade caboverdeana e que lhe dão capacidade de mobilização, daí resultando uma forte implantação popular.

É bom não esquecer que, desde a sua formação como partido, o PAIGC vem lutando por uma verdadeira independência nacional, tanto na República da Guiné (Bissau) como em Cabo Verde. O seu passado de luta, orientado por um programa de índole democrática, anti-colonialista e anti-imperialista credita no presente a pureza destes princípios, que se podem considerar como convergentes com o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas. Através destes princípios poderá este programa ser levado a cabo neste território. Além disso, eles concedem ao PAIGC a potencialidade de poder reunir à sua volta todos os caboverdeanos patriotas desejosos de construir da sua terra, uma pátria próspera e pacífica, libertada de toda a espécie de dominação e onde sejam senhores do seu próprio destino.

S. Vicente, 7 de Novembro de 1974

Cap. Ten.	Bastos Saldanha
1º Ten.	Rebelo Marques
1º Ten.	Vidal Finho
Subten.	Seita Duarte
Subten.	Silvestre Barreiros

UM DOCUMENTO-M.F.A.

CARACTERÍSTICAS DO COLONIALISMO EM CABO VERDE

rante o Conselho Militar. Sendo natural de uma pequena aldeia ao norte de Asmara, em pleno coração da Eritreia, dispôs-se a usar de uma política de moderação perante os rebeldes separatistas eritreus. Em vez de desencadear uma ofensiva em grande escala — como em 1964, contra o Exército somali —, surgiu, em 29 de Agosto, no estádio de Asmara, a fazer um apelo à paz, falando dos «erros do passado» e afirmando «a vontade do Governo do povo de pôr fim à segregação de que os eritreus tinham sido vítimas».

Se a Frente Nacional de Libertação da Eritreia tivesse escutado o apelo de Andom, a posição do general ter-se-ia reforçado consideravelmente. Mas não foi o que aconteceu. A luta reacendeu-se e tornou-se ainda mais violenta. Ao que se afirma, o Conselho Militar teria decidido, por malícia, que a luta contra os rebeldes fosse intensificada, para o que 5000 homens da Guarda Imperial seriam enviados para a Eritreia. O general Andom ter-se-ia negado a assinar as ordens necessárias, refugiando-se em sua casa, onde acabaria por ser morto.

O seu fim trágico, assim como o do almirante Iskander Desta, neto do Imperador, antigo comandante da pequena armada da Etiópia, que abandonara o seu posto em condições não muito dignas, quando da rebelião dos marinheiros, em 28 de Fevereiro, em Massauá, significa, pois, que o Conselho Militar — e o seu verdadeiro chefe, o major Mengistu Hallé Mariam — estão dispostos a evitar por todos os meios que a Eritreia se torne independente. Por um lado, essa atitude explica-se pelo facto de essa província representar a única saída que a Etiópia tem para o mar. Por outro, ninguém ignora que a Etiópia, com as suas estruturas feudais, está longe de possuir a coesão de um Estado moderno, pelo que a libertação da Eritreia seria, quase por certo, o primeiro passo para a desagregação do velho Império, cujas províncias correriam o risco de vir a cair nas mãos de oportunistas.

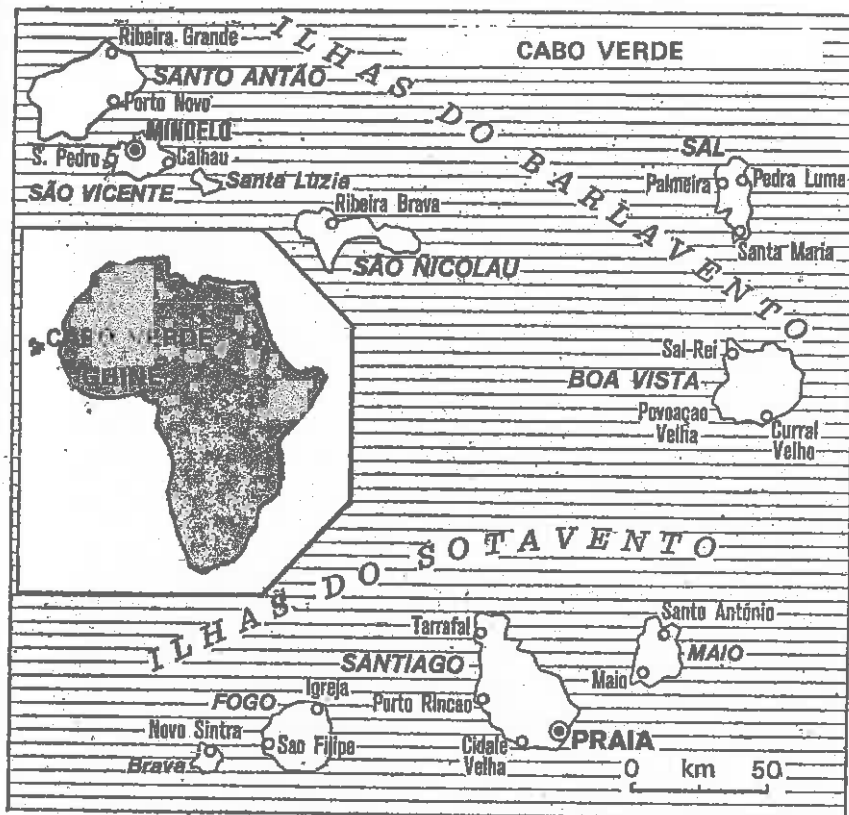
Essa a razão por que os membros do Conselho Militar decidiram colocar «a Etiópia primeiro», apesar das tradições, apesar dos interesses sacrificados, apesar do prestígio perdido. Que, por isso, tenham sido fuzilados tantos homens — objectiva ou subjectivamente culpados —, é trágico. Mas o pior é que tudo fez supor que o drama apenas começou.

O Movimento das Forças Armadas em Cabo Verde divulgou um documento intitulado «Estudo sobre a situação político-económica em Cabo Verde», elaborado por um grupo de oficiais da Marinha e aprovado e adoptado por uma assembleia de delegados em 9 de Novembro passado. Em tal documento se afirma que «a posição de isenção que deve nortear a intervenção das Forças Armadas no processo de descolonização em curso não pode alhear-se da realidade» que os oficiais consideram ser «a forte implantação do P. A. I. G. C. junto das populações», o que os leva a concluir: «Não vemos outra solução que não seja o reconhecimento do P. A. I. G. C. como o legítimo representante da população de Cabo Verde, capaz de pôr em prática as medidas necessárias para uma verdadeira descolonização, pelo aval que nos merecem os seus princípios programáticos e o seu tipo de organização, coerentes com a realidade cabo-verdiana e que lhe dão a capacidade de mobilização daí resultando uma forte implantação popular».

Desse documento transcrevemos a parte que diz respeito a uma análise de algumas das características do colonialismo português, que é, sem dúvida, uma das melhores até hoje vindas a público, nomeadamente no que diz respeito à desmontagem da hipócrita ajuda «benemérita» do Estado Português às esfomeadas populações cabo-verdianas, que acabava por se transformar em fonte de rendimento do capitalismo nacional. Este estudo completa (e preenche até omissões) o «dossier» que no nosso n.º 1835 dedicámos à situação de Cabo Verde.

Ninguém ignora ser o colonialismo um complexo sistema económico, social e ideológico. Fácil é reconhecer que dentro do sistema imperialista mundial, o colonialis-

mo português tem tido um lugar à parte devido à posição intermédia que, no sistema, Portugal tem ocupado: simultaneamente explorado e explorador.



É evidente que o sistema colonialista português, mantendo alguns traços comuns a todas as colónias, se diversificou de acordo com as características, não precisando nós de regressar muito no tempo para o verificarmos.

Não se pode dizer que em Cabo Verde se tenha verificado uma intensa exploração de produtos agrícolas, que a colónia tenha fornecido à metrópole um vasto mercado privilegiado, nem que tenha sido o arquipélago uma grande fonte de divisas para a metrópole, ou que nele a burguesia dirigente seja o fruto da colonização branca e de cultura caracteristicamente europeia, nem que uma cultura africana e um sistema socioeconómico tribal coexistam com zonas «europeizadas» e aparentemente se lhes oponha.

É aliás a impossibilidade física para o imperialismo português de usar Cabo Verde como local de exploração de matérias-primas que vem explicar o relativo «abandono» a que o arquipélago foi deixado. Por isso mesmo, as burguesias dirigentes cabo-verdianas resultam bastante da fusão secular de brancos e negros, tendo características idênticas às do povo em geral; não se tendo verificado a criação maciça e re-

cente-de-burguesias brancas formadas por colonizadores e exploradores dos recursos naturais.

Do mesmo modo, se não verificou no passado recente a criação de grandes infra-estruturas energéticas e de transportes ao serviço da exportação de produtos primários. E, se caso existiu uma abertura ao capital estrangeiro, como se verificou noutras colónias, em Cabo Verde essa abertura não teve resultados palpáveis.

Em resumo, podemos dizer que a falta de condições para Cabo Verde ser colónia exportadora de matérias-primas para a metrópole, levou ao seu relativo abandono dentro do colonialismo português, não se tendo, no território, verificado nem uma introdução de colonizadores brancos, nem a criação de infra-estruturas para escoamento de mercadorias, nem o desenvolvimento de indústrias subsidiárias, nem a invasão do capital estrangeiro, características gerais dos últimos períodos do colonialismo português.

Toda a política portuguesa em relação ao território se pode, neste aspecto, caracterizar pelo «esquecimento», pela falta de capacidade de desenvolver os seus recursos. As burguesias locais tanto rapidamente como

culturalmente têm características semelhantes às do resto do povo, o que aliás resulta grandemente também dessa política.

Em Cabo Verde, estabeleceu, no entanto, Portugal, um aparelho administrativo-militar. Para o alargamento desse aparelho Portugal não precisou, em Cabo Verde, de criar uma elite branca; bastou servir-se da elite autóctone. Para a criação de serviços necessários à sustentação desse aparelho também só muito limitadamente recorreu Portugal ao colono; já existia no arquipélago uma burguesia, originária principalmente da exploração latifundiária e dos serviços administrativos e portuários, que fazia perfeitamente o papel que o «assimilado» teve noutras colónias.

Assim, enquanto 70 % da população era vítima, no campo, da exploração do latifundiário, em duas cidades, Praia e Mindelo, se concentravam os serviços administrativos, comerciais, educacionais e se desenvolvia, a par de uma burguesia latifundiário-comercial, uma pequena burguesia vivenda-dos serviços e os enormes bairros de lata, que são o aspecto geral destas cidades.

A BURGUESIA COMERCIAL

Em Cabo Verde a burguesia comercial domina as restantes classes da população e o seu poder exerce-se pelo controlo que tem sobre o processo de exploração do camponês e das ligações feitas que mantém com o aparelho administrativo, ideológico e o capital latifundiário.

Esta situação pode ser ilustrada em poucas palavras: sendo inegável que «o grande comércio é propriedade de meia dúzia de firmas interessadas simultaneamente no comércio externo e interno e até nos transportes», não deixa de ser interessante verificar que esta meia dúzia de firmas representa cerca de 50 por cento do Produto Interno Bruto do arquipélago, situação que seria alarmante fossem quais fossem as demais condições. Mas isto mais estranho ainda se torna quando se nota que 70 por cento da população, que vive da actividade agrícola, subsiste com menos de 15 por cento do PIB, situação que deve ser encarada de fome, quando se pensa nas enormes desigualdades existentes na repartição dos rendimentos dentro do sector agrícola. Como o sector industrial contribui apenas com 3,8 por cento para o BIP, verifica-se que 81 por cento do mesmo é formado no conjunto do sector terciário.

Verifica-se em resumo que o arquipélago possui uma economia extremamente desequilibrada, sendo 81 por cento do PIB formado no sector de serviços e tendo a quase totalidade da população (a que habita o campo e a única que efectivamente com o seu trabalho produz alguma coisa), que repartir com o senhor feudal uns magros 15 por cento do Produto do arquipélago.

Para que o comércio por grosso e retalho possa representar nada menos de metade do produto de uma região alguma coisa se deve passar de bizarro. É preciso, com efeito, perceber-se de que vive a burguesia comercial cabo-verdiana. O seu papel no processo de produção pode resumir-se numa palavra: parasitário. Parasitário de quê? — pergunta-se; de duas coisas; do subdesenvolvimento do arquipélago e, o que não é menos grave, da manutenção do sistema colonial.

Do próprio subdesenvolvimento do arquipélago ela é directa beneficiária, pois vive e engorda à custa do auxílio financeiro prestado por Portugal para evitar as mortandades da fome; são as chamadas «verbas de apoio». Parasitária da manutenção do sistema colonial, não só por se poder pôr a questão de como sobreviveria sem as «verbas de apoio», mas ainda por boa parte dos seus réditos provirem da manutenção de um comércio e de serviços de apoio às Forças Armadas Portuguesas no território.

O que acontece é sucintamente o seguinte: Portugal tem transferido anualmente para o arquipélago largas somas monetárias. Em 1974, por exemplo, transferiu para este 660 mil contos ao abrigo das «verbas de apoio», 150 mil contos sob pretexto de «plano de fomento» e mais de 100 mil contos para manutenção das Forças Armadas. Em princípio nada haveria a opor a esta «ajuda», não fora o estado de atraso do nosso próprio país e, principalmente, o facto de esta mais-valia extraída em Portugal ao trabalhador nacional, para ajuda à população de Cabo Verde e desenvolvimento do território, não servir devidamente nem uma coisa nem outra, regressando grande parte dela aos bancos da Metrópole, do Canadá, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Suíça, mas agora sob a forma de chorudos lucros de «meta dúzia de firmas interessadas simultaneamente no comércio externo e interno e até nos transportes». Da ajuda financeira e das verbas de plano de fomento o povo de Cabo Verde não extrai o

benefício que poderia, caso as mesmas fossem aplicadas de outra maneira, colocadas noutras mãos.

São bem conhecidos os exemplos de firmas criadas para o desenvolvimento e usadas no proveito exclusivo de particulares. São igualmente conhecidos os lucros que a distribuição de leite, milho e feijão, feita através das «verbas de apoio», tem permitido ficar nas mãos dos administradores, que para tal fazem uso de vários expedientes.

Mas é sobretudo de notar que tem sido política do governo local entregar a empresas privadas, através de concessões e contratos a longo prazo, a importação de géneros alimentares e de materiais e instrumentos para as construções de estradas e outros investimentos, enfim, de tudo aquilo em que a ajuda financeira e as verbas do «plano de fomento» devam ou possam ser aplicadas. O mesmo acontece com as próprias empreitadas de construção. Isto é; tanto a aquisição dos meios como a aplicação dos mesmos se encontra a cargo de interesses privados, devendo talvez referir-se ser o planeamento, destas aplicações dadas à «ajuda», nulo.

De tudo o exposto, ressalta ainda o seguinte: nem mesmo o lucro fácil e volumoso que a burguesia comercial cabo-verdiana obtém por estas formas tem sido incentivo à realização, por esta, de investimentos produtivos no arquipélago, ou ao esboço de uma tentativa de aproveitamento dos recursos que o território possa possuir sabendo-se, como se sabe, que os recursos naturais de qualquer região são sempre uma potencialidade; o resultado da iniciativa, da imaginação, da aplicação de novas técnicas, do investimento.

A burguesia cabo-verdiana não só tem vivido da pobreza da sua terra e na estrita e directa dependência do colonialismo português, como tem mostrado, por razões objectivas, que provêm da sua própria posição no processo de circulação do capital ser incapaz de realizar o desenvolvimento do arquipélago. O seu lugar naquele processo tem-lhe permitido viver sem, em termos práticos, ter tido de realizar um único investimento produtivo no arquipélago. O estado de pobreza do mesmo tornou-se para ela estandarte, com o qual pretende provar a impossibilidade da independência e da autonomia económica do território, quando afinal o que se passa é ser ela a grande responsável pela miséria que circunda a sua prosperidade; ser ela afinal que se

mostra desinteressada e sem capacidade para desenvolver a independência económica do arquipélago, limitando-se a beneficiar, sem esforço, do colonialismo.

Para se compreender claramente a posição da burguesia cabo-verdiana no colonialismo português é preciso entender que esta nunca enjeitou o papel que este lhe concedeu: ser o colonialista do seu próprio povo.

Convém referir, primeiro, que a quase totalidade do comércio de importação e exportação é feito com Portugal. Cabo Verde não será um grande mercado privilegiado para este país; é, no entanto, das colónias portuguesas, umas das que menos comercia com o exterior da zona-do escudo. Trata-se de um mercado que, embora pequeno, se encontra quase totalmente limitado às relações comerciais com o colonizador. Na verdade, 75 por cento das importações são feitas em Portugal e Ultramar e 67 por cento das exportações são feitas para os mesmos territórios.

Convém referir, em seguida, que a sua posição no processo de circulação do capital pode resumir-se ao desempenho de dois papéis principais: apropriação de mais-valia extraída ao trabalhador português e transferida para o arquipélago através do Estado português; apropriação da mais-valia extraída ao trabalhador cabo-verdiano, explorado no campo, através de relações semi-feudais de produção. Em qualquer dos casos, esta mais-valia não é investida no arquipélago em projectos produtivos, mas remetida de volta a Portugal ou enviada a outras metrópoles do imperialismo. Aí, sim, essa mais-valia realizada em Cabo Verde vai finalmente ser transformada em investimentos produtivos. Quando um capitalista cabo-verdiano coloca capitais num banco do Canadá a 10 por cento, uma coisa é certa, vai ser aplicado em investimentos, alguns deles certamente produtivos, que vão produzir uma taxa de lucro superior a 10 por cento —, mas desse investimento feito no Canadá, Cabo Verde nada beneficia.

Como o capitalista cabo-verdiano tem mantido o «saúdavel» hábito de transferir os seus capitais para Portugal, eis como da ajuda que Portugal dá a Cabo Verde, à custa dos impostos cobrados ao povo português, uma parte dela acaba por se transformar em investimento privado feito em Portugal. São estranhos os caminhos que levam o dinheiro público às mãos das grandes empresas privadas.

Assim se compreende que apesar dos

encargos com a ajuda financeira serem grandes, o fascismo português os tenha mantido firmes. A opinião pública mundial, perante as mortandades da fome, enquanto decorria uma guerra colonial em territórios vizinhos, teve certamente grande importância no estabelecimento da «ajuda», mas isso não obsta que não muito poucos nem muito pequenos interesses privados metropolitanos viessem a beneficiar com ela.

Em 1971, em relação aos 160 mil contos das «verbas de apolo» e aos 20 mil contos transferidos para Cabo Verde ao abrigo do «plano de fomento», temos quase 65 mil contos de capitais transferidos para a Metrópole—e esta verba só pode pecar por defeito. Ou seja: cerca de 1/3 da ajuda e investimentos de «fomento» feitos no arquipélago voltam aonde partiram, agora sob outra forma e para serem aplicados noutros fins.

Em terceiro lugar, convém referir um outro papel resultante, este, do tipo de comércio efectuado. Também em 1971, saíram do arquipélago 513 mil contos de divisas para pagar mercadorias importadas e entraram 45 mil contos para remunerar as mercadorias exportadas—o que se traduz num saldo negativo de 468 mil contos, saldo perfeitamente inoportuno não fossem as transferências do Estado Português para Cabo Verde no valor líquido de 291 mil contos, dos quais 180 mil eram, como se sabe, «verbas de apolo» e «plano de fomento». O que convirá notar é que, dos 513 mil contos de divisas saídas, 75 por cento são pagamentos a Portugal e territórios do Ultramar. Pode-se, portanto, perguntar legitimamente, se uma boa parte da ajuda à população cabo-verdiana não se tem afinal, através das importações, transformado em rendimento do capitalismo português.

Com o exposto, outra coisa não se pretendeu provar senão o que foi enunciado: 1.º—a burguesia comercial é a classe economicamente dominante em Cabo Verde; 2.º—esta burguesia, vivendo tanto do orçamento de Estado português como da exploração realizada sobre o cabo-verdiano, é agente e intermediário, no território, do colonialismo português, transferindo prin-

cipalmente para Portugal os lucros da sua actividade; 3.º—não investindo no arquipélago mas na metrópole apenas, ela limita-se a ser intermediária no comércio de mercadorias, actividade na qual auferem grandes e fáceis lucros, dado o grande poder de compra infiltrado no território através das transferências para ele efectuadas pelo Estado Português; 4.º—o comércio, que realizava à custa destas transferências, sendo feito, quase exclusivamente com o país colonialista, fomenta a actividade produtiva mas unicamente em Portugal; 5.º—as suas tentativas de se autonomizar, economicamente e como classe, do colonialismo são nulas, pois devido à sua posição no processo de circulação do capital, não investe produtivamente em Cabo Verde, mas apenas na Metrópole.

Tem, assim, engordado fácil e rapidamente, mas sem dar nada em troca ao povo cabo-verdiano, antes vivendo, em grande parte, porque a miséria do seu povo é grande e a ameaça da fome paira. Nada fez que pudesse evitar uma ou outra.

Mas, muito a propósito, poderia dizer-se que o facto de nada ter feito até agora não permite afirmar que o não venha a fazer.

A isto gostaríamos de responder como segue. A burguesia comercial cabo-verdiana está muito longe de ser uma «burguesia nacional»; pois, nada produzindo, vive na mais estreita dependência do colonizador e sente-se incapaz de desempenhar outro papel, muito tendo já invocado a «pobreza dos recursos naturais» que nunca teve a preocupação de verificar.

Há muitos portugueses que acham talvez comovedor o empenho que as burguesias cabo-verdianas põem em continuar portuguesas. Este elemento do seu arsenal ideológico, longe de causar admiração, reflecte apenas o que são de facto; elas estão para a sua terra natal como o colono branco está para Angola ou Moçambique; o seu papel é intermediário e agente do sistema colonialista português; a sua dependência desse sistema é muito mais acentuada do que a daqueles.

Ser colonialista não é uma questão de

cor de pele; em Cabo Verde o colonialista tem tez da cor da do colonizado.

Uma «burguesia nacional» é uma burguesia que, para se desenvolver, precisa de abater os laços colonialistas que a tolham. Pode, é certo e provado, mais tarde ou mais cedo, cair sob o jugo económico de uma potência neocolonialista. Mas em Cabo Verde o que com grande exactidão—se vislumbra sobre a posição das suas burguesias, perante um processo de descolonização é: primeiro, abandono puro e simples não havendo contudo o perigo de uma fuga de capitais pois ela consumada está; segundo, lutar por manter a sua posição de privilégio e poder, de forma que o colonialismo português se mantenha (luta para a qual não lhe devem faltar aliados); terceiro, aceitar a hipótese da descolonização no intuito de pura e simplesmente pedir a outra potência que substitua o colonialismo português no papel por este desempenhado; que dê os tostões da «ajuda» ou que faça grandes investimentos a troco do uso da posição estratégica das ilhas.

Em relatório por demais insuspeito de demasiada imaginação, afirmava-se: «importante é verificar-se a dependência de Cabo Verde em relação à Metrópole o que, junto das camadas evoluídas (sic) que disso tenham consciência, pode funcionar como um compensador de fúteis (sic) tendências separatistas.»

Resumindo: as burguesias cabo-verdianas não estão interessadas na descolonização e servem-se do poder que exercem, a todos os níveis, para que «a ideologia dominante seja a ideologia da classe dominante»; isto é, tentam veicular a sua ideologia junto ao povo, contando-lhe os terrores da independência. Caso a independência do arquipélago lhes fosse posta nas mãos, rapidamente Portugal poderia ser substituído por uma potência que tão bem ou melhor do que ele desempenhasse o seu papel. Não é difícil adivinhar qual, nem a troco de quê.

Portanto, uma independência do arquipélago só pode ser feita com quem esteja realmente interessado nela e possua a capacidade de a garantir: com o povo e com as pessoas que interpretem ou representem o seu sentir. Uma independência do arquipélago, para ser real, implica uma reforma de alto a baixo de toda a sua economia, a começar na agricultura e a acabar numa industrialização planeada. Isto só pode ser feito por quem estiver interessado; com certeza que não pelas actuais classes dominantes.

CORRESPONDÊNCIA AMIGÁVEL

Com jovens senhoras e senhores em todo o mundo, informações e 150 fotografias grátis.

Hermas, Berlim 11, Box 17/5, Alemanha.

Falámos há pouco no domínio exercido pelo capital comercial em Cabo Verde. Para o verificarmos não basta apontar o peso do comércio no P. I. B. da região. Temos de analisar o tipo de relações que este capital mantém com um outro, o capital latifundiário.

O CAPITAL LATIFUNDIÁRIO

Como se disse já, em Cabo Verde, 70 por cento da população vive no campo com menos de 15 por cento do produto interno bruto do arquipélago. Vive com certeza abaixo do nível de subsistência, se pensarmos nas grandes desigualdades, na distribuição do rendimento, que as relações de produção que vigoram no campo implicam.

Em Cabo Verde, estas relações de produção são ainda semifeudais. Resultam de alterações introduzidas no regime dos Morgados que, instituído no reinado de D. João III e abolido em Portugal em 1863, conti-

nuaria a vigorar no arquipélago na sua forma primitiva não fora ter-se dado a abolição da escravatura.

Os escravos, uma vez libertados, não encontraram terra para cultivar, pois toda a terra aproveitável se encontrava já ocupada por grandes latifundiários. Foram, portanto, obrigados a trabalhar para o senhor da terra, em bases de grande desigualdade.

Os regimes que hoje vigoram no campo são os do arrendamento e parceria. Quem trabalha é o camponês, todavia nem todo o produto do seu trabalho lhe pertence; deve ceder ao senhor da terra uma quantidade determinada de produtos que este estabelece. É o regime de arrendamento. No regime de parceria tudo se passa de forma idêntica só que agora o trabalhador deve ceder ao dono da terra (que nada faz) metade do produto do seu trabalho. Tanto num como noutro caso, as relações de produção são do estilo feudal. A única diferença em relação ao antigo regime dos Morgados é que, neste, mesmo quem pagava a renda não trabalhava; tinha escravos para o fazer por ele.

A exploração que dentro deste estilo de relações o trabalhador sofre não tem sofisma. Alguém com o seu trabalho produz um tanto e é obrigado a ceder metade do produto deste para alguém que nada produz, não cria valor algum, apenas por ser dono da terra.

Toda a terra do arquipélago se concentra nas mãos de um número muito reduzido de grandes proprietários; ora grandes latifundiários de sequeiro, ora grandes proprietários de regadio. São eles que dão de arrendamento ou parceria as suas terras a uma grande quantidade de agricultores.

Estes, com a parte do que produzem que fica na sua posse, limitam-se a tentar não morrer de fome; vivem portanto em economia de autoconsumo com o respectivo agregado familiar: produzem para consumir.

O sistema permite, todavia, a concentração das rendas e das parcelas pagas nas mãos de um número reduzido de latifundiários, os quais não consomem, evidentemente, tudo o que fica na sua posse, sendo levados a comerciar a sua quase totalidade; a este nível temos já uma economia monetária.

O grande proprietário não consome nem troca produtos por produtos; coloca o que tem no mercado, vende. É então que realiza com mais-valia o sobretabalho extraído ao camponês através de um sistema

de relações produções semifeudais. A exploração do campo vai traduzir-se na realização de lucros através do mercado. A totalidade do dinheiro obtido com a venda dos produtos só muito limitadamente vai servir para comprar outros produtos; o latifundiário acumula capital, que aplica em negócios dentro do arquipélago ou que transfere para a Metrópole onde são aplicados em investimentos.

As relações feudais no campo são, portanto, um facto, mas as relações capitalistas dominam a todo e cobrem este sistema primitivo de exploração.

Alguns latifundiários tornam-se também comerciantes, outros vendem à tal «meia dúzia de grandes empresas interessadas no comércio externo e interno»; em qualquer dos casos, o comércio exerce o seu domínio sobre o latifúndio. Do ponto de vista económico, o comerciante detém o poder. O latifundiário para poder transformar em dinheiro o fruto da exploração medieva que exerce sobre o camponês precisa do papel intermédio desempenhado pelo comerciante, e enfrenta, assim, indirectamente, as relações capitalistas de mercado.

É de notar que em Cabo Verde o latifundiário actua muitas vezes como autêntico capitalista, investindo os lucros obtidos em actividades comerciais e de serviços ou transferindo-os para fora do arquipélago. Não é de estranhar, assim, que alguns grandes senhores da terra sejam também comerciantes do arquipélago, mantendo actividades lucrativas em vários ramos do comércio e serviços.

É, portanto, através da venda no mercado interno de produtos (produzidos no arquipélago) e através da exportação dos mesmos que o latifúndio realiza os seus lucros. Grande parte da exportação de Cabo Verde é exportação de produtos agrícolas (bananas, café, amendoim). Por seu lado, o comerciante ao contrário do latifundiário vive principalmente dos lucros que realiza com a importação de produtos vindos de Portugal.

Como consequência, um índice da perda de posição do sector agrícola em relação ao sector comercial pode ser certamente o saldo negativo da balança de pagamentos. A posição das exportações teve um tal colapso nos últimos anos que algo de muito grave se deve estar a passar.

Um saldo negativo da balança de pagamentos cada vez maior traduz que, cada vez menos, as burguesias cabo-verdianas realizam os seus lucros através da explora-

MONT BLANC ★

O presente para gente moderna

*
CANETAS LAPISEIRAS ESFEROGRÁFICAS
*
kores
(PORTUGUESA), LDA.
Av. Infante D. Henrique, 354
Tel. 31 31 157/8 - OLIVAS LISBOA 6

ção exercida no campo e, cada vez mais, os realizam pelas importações feitas à custa da ajuda financeira; cada vez menos se encontram junto à produção e cada vez mais tendem para um papel de intermediários sem uma base produtiva própria; cada vez menos estão ligados a Cabo Verde e cada vez mais dependentes das relações colonialistas. Traduz também que a facilidade com que obtêm lucros no comércio as levou a abandonar o desenvolvimento da agricultura, base de toda a economia.

De notar que, antes da segunda guerra mundial, Cabo Verde tinha saldos positivos na sua balança comercial. Em 1940 importava 111 mil contos e exportava 156 mil contos de produtos. Em 1960 importava 350 mil contos e exportava 306 mil contos. Mas já em 1971 Cabo Verde importava 530 mil contos e tinha praticamente deixado de exportar; isto é, exportou nesse ano apenas 45 mil contos de produtos.

É a partir de 1960 que se nota uma queda abrupta, quase até zero nas exportações. Pode bem perguntar-se se esta queda não estará relacionada com o incremen-

to das «verbas de apoio»; se, com o «auxílio», a produção não terá sido abandonada.

O actual sistema de produção na agricultura não permite antever qualquer melhoria de situação. O agricultor trabalha apenas tendo por objectivo obter o suficiente para subsistir. No sistema de arrendamento, uma melhoria da produtividade poderia levar o proprietário a aumentar a renda estipulada — o que levaria o nível de vida do produtor a baixar novamente até ao mínimo de subsistência. No sistema de parceria, um aumento da produção realizado através do aumento da intensidade do trabalho (dado não se pôr sequer a hipótese da introdução de novas técnicas neste sistema) não se mostraria remunerador, pois para dobrar a produção seria necessário um esforço muito superior ao dobro do inicial, e metade do aumento de produção, assim obtido, teria de ser «oferecido» ao senhor da terra.

Não existem para quem trabalha a terra estímulos que o levem à melhoria do seu trabalho ou da sua sorte.

O regime de exploração da terra impe-

de o desenvolvimento desta actividade pela melhoria dos processos de produção. A população resta deixar-se morrer de fome, emigrar ou viver das esmolas do administrador.

A racionalização dos processos de trabalho no campo, o desenvolvimento agrícola e económico do arquipélago passam por uma profunda e radical reforma agrícola. Cabo Verde jamais será verdadeiramente independente se, a seguir à independência política, esta reforma não for imediatamente feita. As burguesias cabo-verdianas gostam muito de apresentar o argumento da sua relutância de união à Guiné-Bissau; mas, é de crer, que a sua relutância seja outra: o medo que sintam de que reformas profundas sejam realizadas como sabem que o serão se o partido da Guiné-Bissau vier a tomar o Poder.

Mais uma vez se afirma: a independência deve ser obra de quem nela esteja verdadeiramente interessado e que dela tenha uma visão não neocolonialista; isto é: o povo, ou partidos e pessoas capazes de levar a cabo programas de acordo com os interesses deste.

LAMY é... algo mais



design
Marcador 526

design
Esferográfica 226

design
Caneta 26 p

LAMY não é só design moderno... ou técnica comprovada. Os instrumentos de escrita LAMY são algo mais: a síntese harmoniosa da forma e da função, do material e da técnica.

Por exemplo, a gama LAMY design. Canetas com aparo de aço coberto a platina com corpo de aço nobre acetinado. Esferográfica com carga gigante que escreve durante um ano. E marcador com recarga metálica substituível. O clip "de ponto" especial é comum aos 3 modelos.

LAMY design é diferente! — destina-se aos que sabem escolher.

LAMY a maneira mais
avançada de escrever